



Jiu-jitsu como ferramenta para melhorar desenvolvimento cognitivo

EM DEBATE NO SENADO FEDERAL, PROJETO PRETENDE TORNAR O ESPORTE COMPONENTE CURRICULAR OPCIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

O jiu-jitsu pode contribuir significativamente para a formação de crianças e adolescentes por conta dos benefícios que oferece à saúde física, mental e social. É o que defende o Projeto de Lei (PL) nº 4478, que inclui a atividade como componente curricular opcional no Ensino Fundamental. O PL, de autoria de Chico Rodrigues, altera a Lei nº 9394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Em Manaus, a prática nas escolas já é uma realidade. O projeto Aprender, Conviver e Lutar leva, desde 2015, o jiu-jitsu às escolas do município de uma forma pedagógica, exercitando o autocontrole, o respeito ao adversário, refletindo sobre a conduta, exercitando a competição de forma lúdica, como conta um dos idealizadores do projeto, junto com o Prof. Ronnie Melo [CREF 002271-G/AM], Alexandre Romano [CREF 000592-G/AM]. “Sempre sentimos essa necessidade. Até que eu e outros professores começamos a levar os treinos para algumas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A equipe que desenvolve o programa é toda graduada em Educação Física, com mestrado em Educação. É um grupo que pensa bastante a Educação Física Escolar”.

Além de Profissional de Educação Física, Romano é psicólogo, mestre em Educação e doutorando em Psicologia, além de chefe da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Manaus. O projeto acontece hoje em cinco unidades educacionais: um Centro Municipal de Educação Infantil, uma escola especial e mais três instituições de ensino fundamental. “Hoje, o nosso maior carro-chefe talvez seja o jiu-jitsu adaptado para crianças com paralisia cerebral e autismo, que chamamos de técnica do avatar, em que usamos nosso corpo para que as crianças com restrição de movimento possam ter essa experiência”. Na técnica



“Hoje, o nosso maior carro-chefe talvez seja o jiu-jitsu adaptado para crianças com paralisia cerebral e autismo, que chamamos de técnica do avatar, em que usamos nosso corpo para que as crianças com restrição de movimento possam ter essa experiência”

ca do avatar, os alunos, com movimentos reduzidos, podem experimentar a sensação de estar treinando jiu-jitsu. Nela, o professor utiliza seu corpo para movimentar o do aluno.

Mas todas as crianças têm muito a ganhar. “Principalmente, habilidades motoras, que impactam diretamente no desenvolvimento cognitivo dos alunos, nossa maior preocupação. Na Semed, temos claro que o jiu-jitsu é uma estratégia para potencializar o desenvolvimento integral de nossas crianças. Não estamos preocupados em formar atletas, mas sim em trabalhar com as crianças para que elas se desenvolvam de forma harmônica, tenham mais um espaço de convívio e, a partir desse convívio, possam se desenvolver em todos seus aspectos: físico, afetivo, social e, principalmente, cognitivo”.

Desta forma, o esporte contribui diretamente para o aprendizado da leitura e da escrita, mas não só para isso, como defende Romano. “Temos convicção de que as crianças que praticam jiu-jitsu hoje, lá na frente terão um impacto positivo no seu cérebro: elas aprendem a pensar de forma tridimensional, adquirem disciplina, organização, respeito ao próximo, entre outros”.

Mas todos esses benefícios só são possíveis caso o jiu-jitsu seja aplicado por profissionais qualificados, como acontece no projeto Aprender, Conviver e Lutar. “A equipe é composta por Profissionais de Educação Física especializados, além de estagiários, acadêmicos de Educação Física, que nos ajudam bastante na missão de levar o esporte para essas crianças. Mas sempre resalto: um jiu-jitsu de cunho pedagógico, intencional, com estratégias adequadas para o desenvolvimento de cada faixa etária”.

Para Romano, essa exigência deve estar presente no PL nº 4478, que inclui o jiu-jitsu como componente curricular opcional no Ensino Fundamental. “Claro que somos a favor. Desde que esse profissional seja formado em Educação Física. Se não for assim, somos totalmente contra. Porque o espaço escolar é um espaço para profissionais de Educação, que tenham formação pedagógica, que tenham comprometimento com o desenvolvimento integral da criança, que entendam de desenvolvimento infantil, de processos de ensino, de processos de aprendizagem. Elementos que são estudadas na graduação, nas especializações. Então, não basta ser faixa preta ou campeão de jiu-jitsu para trabalhar numa escola. É preciso ser professor: com formação acadêmica para isso. Se não for dessa forma, nós somos contra”.

